PANORAMA POLÍTICO

ANO X – EDIÇÃO XXXI

// MALTA



A semana foi marcada por três movimentos de forte impacto político e institucional: o avanço do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no

REPOSICIONANDO ESTRATÉGIAS

Supremo Tribunal Federal, a entrada do governador Tarcísio de Freitas no debate nacional ao defender uma proposta de anistia para os envolvidos nos atos de 8 de janeiro e a decisão de União Brasil e Progressistas de se afastarem formalmente da base governista, ainda que mantendo seus ministros no Executivo. Esses episódios, embora distintos, convergem para um cenário de instabilidade administrada, no qual Judiciário, Executivo e partidos testam seus limites, ajustam alianças e reposicionam estratégias com os olhos voltados para 2026. JULGAMENTO DE BOLSONARO

Bolsonaro e de aliados acusados de tentativa de golpe após as eleições de

2022. A denúncia envolve crimes como organização criminosa, incitação ao caos institucional e planejamento de ruptura da ordem democrática. O processo ocorre em meio a forte aparato de segurança e com intensa atenção pública, sendo considerado um marco da responsabilização de autoridades de alto escalão por atos contra a democracia. As reações políticas foram imediatas. Aliados do ex-presidente classificaram o julgamento como perseguição e compararam o caso a episódios de injustiça

histórica. Já setores governistas e entidades da sociedade civil defenderam a

necessidade de preservar a autoridade das instituições e a punição exemplar

O Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento do ex-presidente Jair

para atos golpistas. No Congresso, prevaleceu a cautela, com lideranças monitorando os efeitos do processo sem se vincular diretamente às disputas judiciais. Os cenários projetados apontam para efeitos diretos no tabuleiro eleitoral de 2026. Caso Bolsonaro seja condenado, sua inelegibilidade pode abrir espaço para novas lideranças à direita, fortalecendo nomes como o governador

Tarcísio de Freitas. Em paralelo, a narrativa da vitimização tende a mobilizar

sua base social, o que pode gerar novas tensões políticas e institucionais no

como elemento dissuasório contra o ânimo por aventuras golpistas e expõe a tenacidade e determinação da cidadania pela continuidade

inspirada

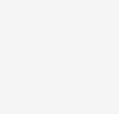
nos

direitos

"Punir a tentativa frustrada de ruptura da ordem democrática estabelecida é imperativo na estabilização do próprio regime. Opera

meios institucionais.

curto prazo.



fundamentais" Paulo Gonet, Procurador-Geral da República ARTICULAÇÃO PELA ANISTIA

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, movimentou-se no cenário

trazendo-o ao campo político como gesto de aproximação com a base

bolsonarista e de consolidação de sua imagem como alternativa viável no

espectro da direita. A proposta, contudo, encontra resistência significativa nos

nacional ao defender a concessão de anistia para envolvidos nos atos de 8 de janeiro. Sua declaração projetou o tema para além do debate jurídico,

vida

pública

As reações no Congresso foram de cautela. Parlamentares de partidos do centro e da oposição evitaram assumir a bandeira, temendo desgaste junto ao Supremo Tribunal Federal e a setores da sociedade civil que defendem punição rigorosa aos envolvidos. Na base governista, o discurso foi recebido como tentativa de reabrir feridas ainda sensíveis e como retrocesso para a estabilidade democrática. A falta de apoio imediato sinaliza o isolamento da proposta no curto prazo.

O movimento, ainda que sem viabilidade legislativa no momento, reforça a

estratégia de Tarcísio de ocupar espaço como herdeiro político do

bolsonarismo. Ao levantar a narrativa da anistia, o governador projeta sua

liderança para além de São Paulo, ampliando sua visibilidade nacional e posicionando-se no debate eleitoral de 2026. Mesmo sem efeito prático imediato, a proposta passa a atuar como instrumento de diferenciação política e de fidelização da base conservadora. "A gente acredita muito nesse projeto como um fator de pacificação. Eu acho que dá para se construir um ambiente para aprovar isso."

O União Brasil e o Progressistas anunciaram o afastamento da condição de

base governista, sinalizando que não atuarão mais como sustentação formal

do Executivo no Congresso. Apesar do movimento, os dois ministros titulares

das respectivas legendas seguem no governo e não apresentaram pedido de

governistas reconheceram a perda de apoio formal, mas destacaram que a

permanência de ministros abre margem para recomposição parcial da base.

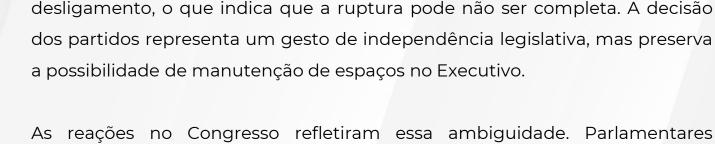
enfraquecimento do Planalto, embora exista cautela quanto à efetividade da

foi celebrado como demonstração

Tarcísio de Freitas

SAÍDA DO UNIÃO E PP DO GOVERNO

Deputado Federal e vice-líder da oposição



Já

oposição,

a possibilidade de manutenção de espaços no Executivo. As reações no Congresso refletiram essa ambiguidade. Parlamentares

anúncio

diálogo para evitar derrotas em votações decisivas.

ruptura. As lideranças de União e Progressistas sustentaram que a medida reflete insatisfações acumuladas, sem fechar portas para negociações futuras. Os cenários projetados apontam para maior fragmentação na dinâmica parlamentar, com o Executivo mais dependente de coalizões variáveis para aprovar matérias estratégicas. A manutenção de ministros no governo, no entanto, pode significar que a saída completa não se consolidará, funcionando mais como pressão política do que como rompimento definitivo. Nesse

contexto, o desafio do Planalto será calibrar concessões e recompor canais de

institucionalidade

SÍNTESE DA SEMANA

Os acontecimentos da semana revelaram o entrelaçamento entre dinâmica judicial, disputa eleitoral e rearranjos partidários. O julgamento de Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal expôs os limites da diante de tentativas de ruptura democrática, enquanto a articulação do governador Tarcísio de Freitas pela anistia mostrou como o campo político se reorganiza em torno da narrativa bolsonarista. Ao mesmo tempo, a decisão de União Brasil e Progressistas de se afastarem da base governista, sem romper totalmente com o Executivo, evidenciou as fragilidades da coalizão e os altos custos da governabilidade. Em conjunto, esses movimentos reforçam a percepção de que a política brasileira entrou em um ciclo de instabilidade administrada, no qual cada Poder busca afirmar seu protagonismo e as lideranças partidárias calibram estratégias já projetando 2026.

Material produzido por





